

# PROBLEMATIZANDO O ESTATUTO DA AD

Maria Marta Furlanetto\*

---

**Resumo:** O foco de atenção neste ensaio é o estatuto da Análise de Discurso de orientação francesa, considerando as tentativas de demarcação de seu terreno de atuação, em confronto com outras áreas que se ocupam da linguagem em seus aspectos discursivos. Busca-se problematizar esse estatuto, elegendo dois conceitos fundamentais da AD: interdiscurso e arquivo, nos quais está implicado o conceito de subjetividade.

**Abstract:** This essay focuses on status of French-oriented Discourse Analysis, considering the attempts of demarcation of its working field, in confrontation with other areas that deal with language in its discursive aspects. Looking for to question that status, two fundamental concepts of DA was chosen: interdiscourse and archive, in which subjectivity is implied.

**Palavras-chave:** discurso, estatuto, interdiscurso, arquivo, subjetividade

**Key words:** discourse, status, interdiscourse, archives, subjectivity

---

## 1. Introdução

O tema que focalizo aqui, e que tem atraído minha atenção nos últimos anos, diz respeito a uma preocupação muito nítida em MAINGUENEAU (1991), a do estatuto da Análise de Discurso (AD) de linha francesa – tanto que o autor declara que a AD se encontra hoje (e cada vez mais?) numa situação bem mais desconfortável que em seus inícios. Os vilões da história são declarados: antes, as pesquisas em pragmática e em gramática de texto eram mínimas, e a AD tinha um largo terreno a ser ocupado. Podemos incluir aí também a semântica da argumentação desenvolvida por Ducrot, que tem recebido alguns respingos no processo de “desapropriação” em curso.

Sufocada pela frequência, ao terreno, de outras ciências humanas, a AD busca explicitar suas **fronteiras**<sup>1</sup>. Como fazê-lo? Sendo necessário trabalhar a materialidade dos textos, era preciso cercá-los teórica e metodologicamente: os enun-

---

\* Universidade do Sul de Santa Catarina

<sup>1</sup> No início, usando do prestígio da Linguística para afirmar um trabalho que se desejava objetivo, funcionou (*mutatis mutandis*) como a psicanálise lacaniana, que fez *lingüisteria*.

ciados textuais interessantes seriam aqueles produzidos no quadro de instituições de caráter coercitivo; estariam inscritos num interdiscurso fechado (denso, comprimido, com trama apertada); e fixando embates históricos, sociais, intelectuais (nos quais se cristalizam conflitos).

Assim é que surge um termo técnico: **posicionamento** num campo discursivo. Isto faz lembrar Foucault, evidentemente, com o conceito de “formação discursiva”. Essa relação a um lugar da enunciação continua sendo uma reivindicação da AD. Decorrente daí aponta a questão do “ponto de origem” enunciativo, que não deve ser um sujeito (indivíduo) propriamente, mas um lugar. É só na medida dessa ocupação que se tem um sujeito e um locutor. Os lugares, assim, são predeterminados institucionalmente. Em suma, o sujeito só é sujeito porque é interpelado (pela ideologia). *Mutatis mutandis*, esse sujeito é governado por uma gramática, dispositivo que aponta regularidades, as quais, empiricamente observadas, remetem aos lugares em questão (ou correlatos).

Os dois outros termos-chave neste contexto são **interdiscurso** e **arquivo**.

Parece que a formação discursiva — que define o posicionamento (o lugar) — ainda deve ser englobada por algo um pouco mais amplo: a interdiscursividade. Assim chegamos ao objeto da AD, depois de um despojamento que atinge um lugar realmente denso, ambíguo: o objeto da AD é a fronteira constitutiva da formação discursiva: *o dizer é um inter-dizer*. Porém, penso que é possível “ler”, nessa definição, um pressuposto. Vejamos: “A enunciação não se desenvolve sobre a linha de uma intenção fechada sobre seu próprio querer, ela é de um lado ao outro atravessada pela ameaça do deslizamento naquilo que *não se deve* dizer, naquilo que *sobretudo não se deve* dizer, ...” (MAINGUENEAU, 1991, p. 20). Daí que o intradiscursivo e o interdiscursivo (a relação a outrem) convivem inevitavelmente. Estou inclinada a pensar que Maingueneau reconhece que, na enunciação de um sujeito querendo-dizer, o dizer se reflete no arquivo, mas, ao mesmo tempo, é algo como não-querer repetir. Ou melhor: existem graus para a realização desse acontecimento: há quem só repita, sem incomodar-se muito, e há, com mais algumas gradações, aqueles que vão desestruturando aos poucos o institucionalizado.

Assim, entendo que a denegação da “intenção de dizer” (o querer-dizer) não esconde também completamente o desejo de que a intenção “force” sempre (é o pressuposto) — de tal forma que estou “ameaçada” de ver aqui o caminho inverso daquele projetado em Lacan: o inconsciente tem momentos de expansão e pode ser detectado por entre as lacunas do significante (pontuação do inconsciente); aqui, parece que é a intenção que faz esse papel: por vezes ela consegue romper a barreira da

ideologia (no sentido moderno) e acontece uma coisa surpreendente: uma criação, uma novidade. Então, da mesma forma que o inconsciente pode permitir o surgimento do desvio, do chiste, do escândalo (isso que Lacan chamou *alíngua* — tudo o que bate contra a estrutura —, o equívoco, o viés), o que aflora no deslizamento, na fuga, na infiltração que ocorre no processo enunciativo, seria na verdade o efeito da intenção? Porque no arquivo, ao que parece, só há regularidades...

Consta que a chamada (e desejada) unidade semântica não pode ser algo estável e homogêneo, mas como ligar esse estável e homogêneo exatamente ao querer-dizer? O estabilizado, se meu raciocínio é correto, é exatamente o que está arquivado, e só porque o sujeito usa o arquivo na medida em que se localiza nele é que pode repetir o arquivo. As re-significações, os deslizamentos podem, então, ser puro produto do arquivo? Estamos diante de um paradoxo?

É sobre essa questão intrigante que desejo refletir.

## 2. O arquivo e seu exterior

O que interpreto como *arquivo* pode diferir de outras interpretações; por isto, retomo MAINGUENEAU (1991) (que retoma Foucault).

Dadas as delimitações anunciadas até aqui para a constituição de uma AD “diferente” de outras que se imiscuíram no mesmo terreno, teríamos a impressão de que os enunciados analisáveis estariam disponíveis, bem ao alcance da mão. Mas não é assim. Apesar de tudo, o princípio metodológico é claro: o que importa encontrar é a “densidade” e o “rigor” das articulações entre elementos, e não sua existência propriamente dita. Por isto, a AD não fecha mais as portas a enunciados registrados do oral, da fala cotidiana, da conversação... É possível então interessar-se pelo “rumor infinito” dos intercâmbios numa sociedade. E assim chegamos a um novo passo no cerceamento do objeto da AD: “um *arquivo*, que reúne um conjunto de “inscrições” que se referem a um mesmo posicionamento” (*ibid.*, p. 22).

É interessante que MAINGUENEAU vincule o sentido dessa opção à própria etimologia, chegando ao *archè* de *arqueologia*: fonte, princípio, e por derivação comando, poder. O arquivo, assim, constitui uma sede de autoridade, de poder (poder dizer, deixar dizer, fazer dizer), que precisa estar alimentada pela memória, pela coleta, pela manutenção do material discursivo. Aqui, um conflito: “o arquivo supõe uma relação a uma fonte de sentido, a delimitação de um espaço fundador, autenticador.” Mas ao mesmo tempo a AD rejeita a idéia de um ponto de origem do discurso.

As restrições impostas por MAINGUENEAU ao campo de trabalho não terminam aqui: mesmo restrito ao arquivo, o domínio da AD ainda é praticamente “ilimitado”. A variação de parâmetros de análise, incluindo tipologias formais e funcionais, permite a constituição de inúmeros arquivos. O que deve predominar, contudo, é o “rigor de seu método”.

Deixo aqui registrado um exemplo de como o campo tem sido encarado em relação à “invasão” das outras ciências humanas; é o final do capítulo de Maingueneau sobre o arquivo: a AD não é uma simples técnica de interpretação, não é uma lingüística textual, não é uma sociologia do contexto: é “um esforço para pensar esta linha sobre a qual *discurso e história* passam um no outro através desses acontecimentos que são a emergência de *lugares de enunciação*.” (p. 28).

O que é evidente (“”) é que os postulados desses outros campos aparecem aí através de simulacros, sempre negativos. Quando um campo se sente sufocado pelo outro busca livrar-se dele, traçando fronteiras. Este conflito também estará previsto no arquivo? Restringir assim a AD não significaria livrar-se das ciências afins? Não seria, em última análise, renegar o interdiscurso, seu pivô, esse Outro “inevitável”? Trata-se, pois, de uma disputa em que não há vencedores?

Quando explora a heterogeneidade enunciativa, mais especificamente a **intertextualidade** (que já se encontra bem circunscrita: corresponde ao tipo de citação que determinado arquivo define como legítimo por sua própria prática; cf. 1991, p. 139-140), Maingueneau lembra que a concepção retórica de citação deve ser abandonada: dado o lugar que o sujeito ocupa (ou melhor, dada a “posição”), ele “não cita o que ele quer, como quer, em função de seus objetivos conscientes, do público visado, etc. São as coerções ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação.” Por outro lado, analisando as funções das aspas ao nível da palavra, especifica que elas “designam a linha de demarcação que um arquivo consigna entre ele e seu ‘exterior’.” (p. 141), representando sempre um distanciamento. Note-se que **exterior** está aspeado e que o processo todo não tem o sujeito como centro: é o arquivo que determina a demarcação.

Entretanto, é interessante observar os rótulos usados para arrolar os usos das aspas — nesse caso atribuídos por Authier, aqui citada: aspas de *condescendência*, aspas de *distinção*, aspas *pedagógicas*, aspas *de ênfase*. Mas colocar entre aspas é, antes de mais nada, manter certas palavras à distância, e realizar **esse ato** (Maingueneau o diz, eu destaco) fazendo como se fosse legítimo fazê-lo. Entretanto, vem em seguida uma restrição do autor: quando se interpreta, não se trata de buscar as “intenções” do autor, mas encarar o movimento enunciativo e, para além dele, o

arquivo onde se inscreve.

### Que dizer, então, do **metadiscorso**?

Em psicolinguística, com a distinção entre cognição e metacognição pretende-se ao mesmo tempo privilegiar o saber inconsciente e o saber consciente (controlado em vários graus), e as pesquisas têm salientado essa relação. Será que interdiscurso e metadiscorso pressupõem perspectiva semelhante?

Admite-se que o sujeito locutor **constrói** níveis distintos no interior de seu próprio discurso. O nível metadiscursivo atravessa mais ou menos explicitamente, por assim dizer, o que é dito. Fazendo-o, acaba indicando certos nós que mostram como um arquivo “define sua identidade em relação à língua e ao interdiscurso.” (MAINGUENEAU, 1991, p. 145). Mas se Ducrot admite, sem encher-se de escrúpulos, que o locutor, ao falar, fala de sua fala, essa assunção não parece muito facilmente aceitável para Maingueneau. Um exemplo: quando alguém diz que está falando “metaforicamente”, o que acontece cognitivamente? Um processo afundado na inconsciência? Autocorreções, confirmações, solicitação de permissão para empregar este ou aquele termo, tudo isto está inevitavelmente amarrado no espaço do arquivo?

O que se reconhece é que se trata de uma operação de reajuste, mas se é reajuste, por que mantê-la evidenciada na escrita, quando seria possível abandoná-la (pelo menos em grande número de casos)? Considerar esses reajustes como um processo de controle da forma enunciativa em função das “intenções do locutor” é tido como **ingenuidade** na AD. Tratar-se-ia, de fato, de um **sintoma**: discursos se oporiam significativamente pelas operações metadiscursivas, sem que isso significasse estratégia explícita do locutor, luta controlada com as palavras e expressões.

Entretanto, ocorre que a imagem que fica desse locutor é de alguém que oferece em espetáculo seu domínio da língua. Por isto mesmo, ele aparece como aquele que denega o lugar que o arquivo lhe consigna, numa operação que é sempre de distanciamento, e que constitui jogo. Mas, para Maingueneau, tudo se passa “no interior desse discurso” (p. 146). Sua concepção de **discursividade**, nesse ponto, é: “um dispositivo que abre seus caminhos, que negocia continuamente num espaço saturado de palavras [*mots*], de falas [*paroles*] outras”. (p. 146)

A **parafraagem**<sup>2</sup>, como operação metadiscursiva, também não deixa tão à-vontade assim o analista. Veja-se:

---

<sup>2</sup> Nem esta palavra nem **parafraseamento** são verbetes no Aurélio; fico com a forma francesa.

Em AD a parafrasegagem aparece como uma tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso. Fingindo dizer diferentemente a “mesma coisa”, restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase efetiva, na realidade, o escancaramento que pretende absorver, ela define uma rede de intervalos cuja figura desenha a identidade de um arquivo (p. 147).

É interessante observar que a “tentativa”, o “fingimento” são remetidos à paráfrase, não ao sujeito locutor.

Que dizer da ironia, então?

Se a ironia “subverte a fronteira entre o que é assumido e o que não o é pelo locutor” (*ibid.*, p. 149), essa sutileza pode ser completamente controlada pelo arquivo? Pode-se até admitir que existem ironias “gramaticalizadas” (institucionalizadas); o espectro da ironia, contudo, é um dos mais complexos no uso da linguagem, de modo que produzi-la e percebê-la em todas as nuances exige o já comentado “domínio” da língua (em sentido que engloba o cultural e o histórico). Se a análise da ironia pode variar enormemente, não custa admitir com Maingueneau que ela “é um gesto em direção a um destinatário e não uma atividade lúdica, desinteressada.” (p. 150) Se é um gesto, imagino que haja alguma lucidez...

Berrendonner (1981), aqui referido por Maingueneau, põe em foco para a ironia uma atitude antes defensiva que agressiva, com a função de “driblar” certas sanções presas às normas da instituição (desagregação, fuga do arquivo?). As normas aqui concernidas dizem respeito à coerência que a argumentação impõe. Berrendonner vê isso como “astúcia” [*ruse*]. Mas, para Maingueneau, as teorias sobre a ironia não são suficientes para a AD: seria secundário transparecer nela um caráter agressivo ou defensivo... Como Berrendonner pode ser definido como pragmaticista, tudo bem.

Aliás, os pragmaticistas (assim autoneameados) não parecem nada obcecados. A julgar pela “vista aérea” da pragmática (há muitas pragmáticas) desenhada por RAJAGOPALAN (1996), se os “limites” parecem agora e sempre muito confusos não incomoda ninguém. Na apresentação de uma coletânea, ele assim se expressa: “O meu objetivo ao organizar este volume de trabalhos foi, precisamente, o de celebrar a anarquia saudável e convidar os leitores a experimentá-la”. É claro que, nesse tipo de obra, há sempre alguns de fora do arquivo (pertencendo a outro, então...) que representam a voz do Outro — o que, julgo eu, é também muito saudável ... Não só os conflitos existem espontaneamente como é bom **provocá-los**.

### 3. O sujeito fora do arquivo

Dublando POSSENTI (1996a, *O sujeito fora do arquivo*), estou na posição de quem se convida a encadear sobre um texto produzido para instigar<sup>3</sup>.

Possenti postula, nesse texto, que “nem só o discurso de arquivo é discurso, por um lado, e que a atuação do sujeito é possivelmente diversa da que o estruturalismo prevê, pelo menos fora do arquivo — quem sabe mesmo em seu interior.” (p. 37). Já me viera à cabeça (*viera* de fato ou eu *pensei* de fato?), um pouco antes, que na AD que discutimos há uma constante tentativa de circunscrever mais e mais objeto e metodologia, tendo em vista a “profusão” das análises de discurso. Por exemplo, na Inglaterra tem plena força uma orientação com base em Fairclough, que apresenta semelhanças com a AD, segundo tenho notado, e que integra o movimento da chamada *critical discourse analysis*. Veja-se excerto desse autor em um trabalho de SOUZA (1996, p. 44), para ilustração: “a *relação entre uma fala e seu contexto verbal e situacional não é transparente: a maneira pela qual o contexto afeta o que é dito e o que é escrito, e a maneira como serão interpretados varia de uma formação discursiva para outra...*” (volto a ele mais adiante). Retomando: E me perguntava: será que a AD deseja retornar à “estrutura” do discurso? Propõe restringir o campo, mesmo correndo o risco de reducionismo, como prevê Possenti (1996b) em *Pragmática na análise do discurso*?

Essa orientação da AD (ou dos analistas, se se desejar) tem marcado alguns textos com um conjunto negativo de enunciados, no estilo de conjuração de perigos, como se articular e re-significar elementos interessantes de outros terrenos fosse uma verdadeira contaminação. Por exemplo:

A AD não deve [...] ser deportada [= desviada] em direção a uma concepção “retórica” da argumentação, mesmo se ela se constrói em boa parte no interior do campo ocupado pela retórica tradicional. Permanece um corte irreduzível entre essa retórica e seus prolongamentos modernos (as múltiplas técnicas da comunicação eficaz, da persuasão,...) e a AD: enquanto a primeira supõe um sujeito soberano “utilizando” “procedimentos” a serviço de uma finalidade explícita, para a segunda as formas de subjetividade estão implicadas nas próprias condições de possibilidade do arquivo. (MAINGUENEAU, 1991, p. 234)

---

<sup>3</sup> Não vem ao caso se o autor **quis** fazer exatamente isto, mas alguma coisa, suponho, aconteceu em sua mente que o “levou” a **optar** por escrever.

Ora, penso então que retornamos a uma problemática do “antigo” estruturalismo: as condições de possibilidade do arquivo (tal como se discutia a propósito da *langue*) deveriam integrar mais do que uma sistematicidade “arrogante”; o dicionário, que é um exemplar de documento de controle (guarda) dos arquivos, não consegue pressionar suficientemente os sujeitos a **não usarem/não criarem** certas palavras. Dou um exemplo: na revista ISTOÉ n. 1446, de 18/6/97, seção **comportamento**, artigo *Molambo é fashion* (Celina Côrtes e Sidney Garambone), p. 67, aparecem as seguintes expressões: *estilo podiscrê; uniforme mal ajambrado; passo malemolente; bandana (na cabeça); beleuza, Guga; valeu, brou; brazucas; rapper; moleton [moletom]; molambo [contrário ao estilo bad boy], establishment; moda mauricinho*. Há ainda esta construção: *É a saúde autêntica, exatamente a que Guga transparece*. (destaque meu). Pergunta-se: isso tudo foi criado sem a menor parcela de consciência?

Outro exemplo de rejeição: após a exposição de uma série de aspectos da argumentação na língua segundo a perspectiva de Ducrot, MAINGUENEAU (1991, p. 237) faz o seguinte alerta:

Ter-se-á sem dúvida notado, pela leitura desta apresentação sumária, que tais formulações não são sem perigo para a AD. Com efeito, constantemente se é levado a falar de “sentido visado pelo locutor”, de “estratégia”, de “manobras”, etc. estendidos ao destinatário. O lingüista dificilmente pode dispensar esse gênero de formulações, mas não se deveria tomá-las muito ao pé da letra e representar-se a enunciação como uma partida de xadrez em que cada parceiro calcula com plena lucidez para vencer seu parceiro. Se esse modo de dizer não traz provavelmente conseqüência no estudo do uso comum da linguagem, não é a mesma coisa em AD, que trata de sujeitos tomados em arquivos e não de manipuladores dominando do exterior suas enunciações.

Neste ponto pode-se até chegar à conclusão de que a AD (ou melhor, alguns mentores) inscreve a opção de não tratar de todos os sujeitos — talvez seja melhor dizer: a opção de não tratar de todas as facetas do sujeito. Ela prestaria atenção apenas na parte do sujeito que é efetivamente assujeitada. Mas que tipo de conflito teríamos nesse caso? Tudo não seria harmonioso, e não tão heterogêneo? “A vantagem da AD é de tratar de enunciados fortemente constrangidos, que definem universos de sentido restritos.” (*ibid.*, p. 250) Nesse caso, como objetivar a interferência da “outra” parte do sujeito na configuração do arquivo?

Compreende-se que a redução se dê porque a AD só pretende privilegiar o

institucionalizado **no** sujeito; mas tal opção<sup>4</sup> não poderia esconder o receio de abordar o subjetivo **de outra ordem**? quero dizer: a questão psíquica? Não se poderia inverter a questão, tornando-a positiva? Ela se faria assim: que psicologia seria conveniente para integrar à AD? Penso que é possível dizer que ela existe — e já foi preconizada há muito tempo —, mas deixarei para mais tarde este tópico.

Isto considerado, penso que Possenti tem razão quando defende o **sujeito fora do arquivo**. Quero, contudo, acrescentar outros exemplos de como na AD se rejeitam áreas de trabalho. Como é muito forte o desejo de diferenciar-se de outras análises de discurso e de outros terrenos mais ou menos constituídos, acontece também que esses outros terrenos nem sempre são olhados como uma “dispersão” de enunciados; ao contrário, são (ilusoriamente) unificados em várias enunciações da ótica da AD.

ORLANDI (1996), em *Exterioridade e ideologia*, comendo com pragmaticistas<sup>5</sup> uma coletânea que focaliza Pragmática(s), propõe um artigo para reafirmar que não pertence ao campo. Com efeito, a autora salienta que a semelhança encontrada no fato de os dois campos focalizarem a relação entre a língua e a exterioridade acaba aqui mesmo, já que teórica e metodologicamente só há diferenças. Vejo nisso, de alguma forma, uma provocação salutar: promove a problematização.

Os pontos críticos são: o **estatuto da língua**, o **estatuto do sujeito** e o **estatuto e a forma da interpretação**. Sujeito, língua e história compõem a forma “material” numa ordem própria que expõe para outra área a dicotomia forma/conteúdo. Reconhecendo que a problemática da argumentação não pode ser negligenciada pela AD, MAINGUENEAU (1991), no final de sua obra, insiste em que a argumentação não é um nível de significação isolável, e que ela está estreitamente vinculada aos conteúdos e aos gêneros de discurso deste ou daquilo arquivo. E reafirma que “qualquer dissociação entre “fundo” e “forma” se revela profundamente inadequada.” (p. 250) Isso mostra o funcionamento de um arquivo...

A definição de um espaço restrito de pesquisa se faz, como é previsto, pela rejeição em vários níveis: ideologia não é conjunto de representações e não é ocultação da realidade; abandona-se a noção psicológica de sujeito<sup>6</sup>; o sujeito não tem acesso

<sup>4</sup> Corresponde à de Chomsky, marginalizando a *performance*? à de Saussure, marginalizando a *parole*?

<sup>5</sup> Seja em função de área específica, seja em função auxiliar, como no caso dos que fazem Linguística Textual.

<sup>6</sup> Mas a autora admite também: “O sujeito só tem acesso a parte do que diz.” Quando o inconsciente se instalou nas ciências e nas mentes dos sujeitos parece que se desejava fosse aceita a seguinte restrição: *o homem não é só consciente*, e não *o homem é totalmente dominado pelo inconsciente*.

direto à exterioridade que o constitui; a linguagem não é transparente; a memória não é uma memória psicológica — o que constitui a memória é o esquecimento das enunciações, seu anonimato, e isto é que produz o efeito de literal; sentido não é conteúdo; a história não é contexto; o sujeito não é origem de si; o inconsciente não é o domingão do pensamento; a ideologia não é um defeito dos que não têm consciência; história não é cronologia nem evolução; a exterioridade não está fora; os sentidos não estão nas palavras; não é a organização da língua ou a organização social que constitui o objeto da análise de discurso; a língua não é só um código ou um instrumento de comunicação ideologicamente neutro, nem apenas um sistema abstrato; não há conteúdos ideológicos, as palavras não têm um sentido que lhes seria próprio.

Tudo isto aparece como evidente para quem está dentro do arquivo, desse arquivo. Nesse nível, deve ficar muito claro também que a pragmática é quase tudo o que foi negado acima. Para a pragmática, segundo a autora, o que existe é o sujeito psicológico, as intenções, a ausência de ideologia e de inconsciente. O contexto não incluiria nenhuma dessas categorias, e no entanto “explicaria” o sentido como resultado de sua ação. O sujeito pragmático seria encarado no seu acabamento ideológico, ou seja, pensando que é a origem do sentido e assim sendo considerado. Os estudos pragmáticos, por sua vez, estariam encerrados na instância de formulação de sentido, jamais atingindo a instância de sua **constituição**. E mesmo as **intenções** seriam resultado já de processos ideológicos, a que o sujeito não tem acesso direto.

Em última análise, não deveriam fazer parte do arsenal da AD conceitos relatados a **ação, operação, interação, locução e interlocução**. Pretende-se que a AD seja noção fundadora de um campo específico (uma *archè*?), com um conceito de discurso que não deve derivar de nenhum outro lugar. Receio que essa atitude represente uma tentativa ilusória de construir um lugar em que o Outro se transforme, de alguma forma, em **inexistente**. Seria o sonho revisitado da *torre de marfim*?

Retorno às considerações de Possenti sobre o sujeito. O autor não se contenta nem com o *ego* benvenistiano nem com a **forma sujeito** de Foucault, que compõem os dois extremos de um espectro. Ele considera que a expulsão sumária do sujeito de consciência, aquele que já nos acostumamos a chamar **cartesiano**, não deu garantia à AD de que seu retorno seria impraticável. De fato: a relembra os recortes já citados aqui, o sujeito não faz mais nada, a ordem do discurso instaura como seres que agem as próprias categorias discursivas: o arquivo renegocia, impõe condições, veta, interfere,... enquanto o sujeito só pratica por delegação. Se, diz ele, dentro do arquivo o ritual apaga processos discursivos, fora do arquivo os sujeitos trabalham.

É interessante e pelo menos aparentemente contraditório que justamente os

discursos mais ritualizados (p. ex. o científico, o jurídico, o religioso), que são “suportados” por sujeitos socialmente mais críticos, sejam os eleitos para ilustrar os apagamentos; isto leva a considerar que as pessoas mais “conscientes” são exatamente as que menos se dão conta do cerceamento que sofrem — e nesse ponto se igualariam a tantos outros que apenas “levam” a vida, ou melhor, são levados por ela. E são, não raramente, fiscais do ritual — o que não impede que sejam também fonte de transformações e inovações, de rupturas mais ou menos violentas. Isto me diz que o sujeito, seja pelo efeito do inconsciente (que ele não sabe como é ou como se manifesta), seja pelo efeito do *coup de foudre* da razão (quando ele se sente iluminado, consciente), tem manifestações várias que sempre entrarão em conflito umas com as outras. São as suas faces.

Interessam-me, de modo particular (por causa de outra reflexão feita independentemente), estas palavras de Possenti:

Nos momentos em que me faltavam argumentos teóricos ou empíricos contra a tese do assujeitamento, costumava contentar-me com um julgamento pessoal, segundo o qual esta tese era melhor aceita e muito repetida — como um artigo de fé — por praticantes da disciplina aos quais não faltava ou a característica do comando ou a do assujeitamento, ou ambos, a depender de quem era o outro... (1996a, p. 40)

Se digo diferentemente, debatendo-me num arquivo em que me inscrevia em verdadeira atitude de crença, onde estou? Fora do arquivo ou dentro de outro arquivo? Esta problemática lembra certas atitudes religiosas dentro do cristianismo: se você não crê nos dogmas correspondentes, não é mais cristão. Mas **é outra coisa**, um marginal, um herege (ou ímpio). Note-se também que *heresia*, em sentido figurado (segundo o Aurélio), é *contra-senso*, *tolice*.

Concordo plenamente com o postulado da “dualidade radical da linguagem”, exposta em Maingueneau e apreciada por Possenti, que deriva dele o seguinte princípio: “o discurso é integralmente um acontecimento e integralmente peça de uma estrutura”. Do ponto de vista do sujeito, ele evitaria o “subjetivismo desvairado” e a “identificação do sujeito com uma peça”.

Desse modo, não se deveria simplesmente aceitar como excludentes algumas oposições salientadas antes, tais como ação X prática, operação X funcionamento, locução X posição, interlocução X discurso. O segundo elemento de cada par pertence de direito ao aparato da AD. Os outros são deixados disponíveis para a pragmática.

#### 4. Uma pragmática para o discurso

Já vimos que em alguns casos rejeita-se em AD uma eventual semelhança com as pragmáticas sob a alegação de incompatibilidades teóricas profundas. Entretanto, como alerta POSSENTI (1996b), é estranho que teorias que assumem como constitutiva a idéia da dispersão dos discursos não considerem (ou até recusem) “as teorias dos outros ou as outras teorias” (p. 72). Assim, opina que a AD “necessita urgentemente” incorporar ao seu aparato teórico-metodológico uma certa pragmática...

Apesar de pouco se desenvolverem hoje categorias psicanalíticas tal como Pêcheux preconizara em seu *Semântica e discurso*, é sensível a influência da abordagem do inconsciente na AD, e parece que novo alento se observa, pelo menos na insistência em vincular *inconsciente e ideologia*, como duas faces de uma mesma moeda. Tenta-se esquecer, talvez, toda a polêmica registrada com as tentativas de aproximação dos dois campos, ou melhor, de incorporação re-significada de elementos da psicanálise. Diga-se de passagem que é necessário dispor de um conhecimento mais refinado das eventuais teorias psicanalíticas, antes de processar qualquer exploração interdisciplinar. Embora eu mesma seja leitora da obra lacaniana, continuo achando válido (talvez hoje mais que antes) o alerta de POSSENTI (1988):

... disciplinas como a lingüística e a psicanálise podem vir a encontrar áreas de contato, principalmente, penso, se avançar e se solidificar o trabalho em análise do discurso. Mas, por enquanto, os pontos de contato ainda são poucos, a ponto de os psicanalistas se espantarem com a cegueira dos lingüistas diante de alguns fenômenos óbvios para eles, e os lingüistas acharem extravagantes as considerações dos psicanalistas sobre a linguagem. (p. 44-45)

Não é provável que nos últimos anos o panorama tenha mudado significativamente. Quanto às pragmáticas, no entanto, a atitude é um tanto reticente. Por quê? E apesar disso, MAINGUENEAU dedica o capítulo 5 de seu *L'analyse du discours* (1991) ao desdobramento de categorias pragmáticas e análise da possibilidade de seu tratamento pela AD. Ele é mais permeável que outros autores, e discute alguns temas da pragmática de inspiração anglo-saxã, embora admita que alguns “desenvolvimentos conceptuais e pesquisas empíricas conduzidas em nome da pragmática sejam pouco compatíveis com o procedimento da AD”. (p. 169)

Digamos apenas, desta preocupação de Maingueneau com a(s) pragmática(s), que ele se dedica a analisar temas como: atos de linguagem, lugares da enunciação, os gêneros de discurso, o fenômeno do *ethos* na retórica, a noção de instituição

discursiva, textos/comunidades discursivas, conseguindo, em última análise, retomar esses temas e ajustá-los basicamente à sua noção centralizadora de **arquivo**.

Que uma teoria do discurso não deva deixar na sombra o papel de fatores **lingüísticos, pragmáticos e históricos**, como propõe POSSENTI (1996b), não soa como nenhuma impertinência. E como o autor pretende mostrar **por que** devem ser conjugados, uma vez que ainda lhe parece difícil explicitar **como** fazê-lo, revejo aqui em linhas gerais o que ele entende por fatores pragmáticos.

As vias pragmáticas levam em conta necessariamente o papel do falante, do locutor<sup>7</sup>; assume-se também que o locutor detém um certo conhecimento em relação à língua e às circunstâncias de seu uso, o que lhe permite realizar cálculos complexos e relativamente conscientes para interpretar seqüências textuais e igualmente para produzir seqüências textuais, na base de escolhas possíveis para atingir seus objetivos, ou seja, obter eficácia — em suma, a partir de intenções. Para explicar certas operações, um aparato psicológico se faz necessário na teoria.

Em apoio da relevância da ótica pragmática, Possenti cita Bakhtin e Freud, exatamente porque pareceria que nada de muito semelhante a um ato consciente poderia ser explicitado nesses autores. Bakhtin, por outro lado, nos levará a Vygotsky, que vale a pena explorar para abrir uma via psicológica compatível com o materialismo, que implica também a historicidade que a AD exige. Afinal de contas, a psicologia de Vygotsky tem uma perspectiva histórico-cultural, e é de base materialista. Lida com o desenvolvimento psicológico a partir do contexto social e cultural, estuda a formação dos conceitos, tem uma teoria sobre a linguagem interior e a formação da consciência e da autoconsciência, e associa este desenvolvimento à linguagem em uso. Possenti busca, em seguida, mostrar a importância dos três “ingredientes” que postula para uma teoria do discurso, analisando (explicando) o funcionamento de piadas. Ele diz: “Seria uma perda para uma teoria da linguagem se ela desprezasse esta estreita conexão entre um falante individual e sua língua pela invocação do fato irrefutável de que a língua é social e histórica... Como se, para invocar um papel ativo para o sujeito falante, fosse necessário supor que então ele estivesse fora da história.” (p. 81)

Mais adiante, ele apresenta algumas questões que nem exigem resposta: “Qual a incompatibilidade entre ser social e ser ativo? Qual a incompatibilidade entre ser “clivado”, dividido, e poder conhecer, ter experiências relevantes?” (p. 81)

---

<sup>7</sup> A AD preferiria **posição de sujeito** — e digo AD porque qualquer analista, naturalmente, é ocupante de uma posição; logo, justifica-se que a AD **prefira**.

Talvez na AD haja algumas justificativas para restringir o campo de trabalho, mas parece inevitável que, com tal estreitamento, ela — que aponta a relevância da exterioridade, esse algo que compõe o dentro dos sujeitos e dos discursos — acabe alijando contraditoriamente o seu próprio discurso. Salientar um aspecto do funcionamento da mente antes esquecido ou marginalizado é louvável, e isso se tem feito desde Pêcheux. Mas a insistência na recusa de uma vertente psicológica (que está implicada na pragmática, de alguma forma), ou talvez a demora na construção — reinvestimento ou re-significação — de uma psicologia parece estar levando a AD a um impasse.

## 5. Infiltrações

Creio, entretanto, que devo ser mais precisa: nem todos na chamada AD de linha francesa são tão radicais. Mesmo que o aparato psicológico pareça hoje uma utopia, há pelo menos indícios de que não se trata, ainda, da “morte do autor”, ou do sujeito. Vou retomar um texto conhecido, bastante invocado pelos pesquisadores do discurso, para salientar isto: *Hétérogénéité(s) énonciative(s)*, de AUTHIER-REVUZ (1984) (note-se que estamos muitos anos à frente desse texto...).

Após explicitar seus conceitos de heterogeneidade constitutiva (HC) e heterogeneidade mostrada (HM), Authier-Revuz declara que se trata de duas ordens de realidade irreduzíveis mas “articuláveis e mesmo necessariamente solidárias” (p. 107). Seriam, concluo, as duas faces de uma moeda, ao estilo saussuriano do significante e do significado.

Ao mesmo tempo ela salienta o “paradoxo” do termo HC: aquilo de que o sujeito e o discurso são constituídos está ameaçado, também, de desfazê-lo (conflito). Embora o sujeito seja dividido, o papel do *Moi* (ego) é, no imaginário, o que reconstrói a imagem de um sujeito autônomo, anulando-se, pelo des-conhecimento, o descentramento real. As formas marcadas da HM são as responsáveis pelo trabalho de negociação com as forças de desagregação da HC. Essa **representação** da enunciação (embora ilusória, diz ela) é proteção para o discurso e para o sujeito que o suporta. Daí que se cria a função de **autoria**, posso acrescentar. O resultado disto é que o sujeito enunciador ganha figura/corpo, exatamente pela posição e a atividade metalingüística que a HM coloca em cena. Da mesma forma, o discurso ganha corpo, limites observáveis, possibilidade de caracterização (já chamei a atenção, antes, para essa força metadiscursiva).

Bem, ao final de sua exposição a autora diz que, do ponto de vista da pragmática (que, aliás, alguns analistas recusam *in totum*), considerar a **realidade do interdiscurso e do inconsciente atravessando a língua** não impediria de efetuar a descrição lingüística das formas da representação. A única coisa que invalidaria essa descrição seria considerá-la **o todo da realidade enunciativa**, pela recusa do Outro.

Essa posição parece tão evidente que Authier-Revuz acaba criticando Ducrot por ter escolhido um caminho através de **um sistema de defesas teóricas em torno da autonomia de seu objeto** (cf. p. 109). O conceito de enunciação (por exemplo na teoria polifônica) nem implica mais a hipótese de que o enunciado seja produzido por um sujeito falante. Segundo Authier, o que sobra é uma representação da enunciação fechada em si mesma, criando-se um lugar teatral habitado por “seres de fala” que, “fora de qualquer vínculo explícito com o sujeito falante e sua realidade de ser de fala, aparecem como “suspensos”, “desancorados”.

Ela acredita, enfim, que não é pelo reconhecimento de que há um Outro que nos escapa que a lingüística da enunciação vai afogar-se. E sugere um descentramento e a busca de uma ancoragem real mas fora dela mesma (p. 109).

Mas o mais importante das conclusões de Authier está nestes termos: as formas da HM, que traduzem a ilusão do sujeito em sua fala, também apresentam a falha no domínio, **pelo próprio gesto que tenta preenchê-la**: “Isto significa que a ilusão que se manifesta no discurso não apaga radicalmente o que ela se empenha em recalcar; que ela não é este equívoco perfeito produzido por um determinismo sem falha, completamente ignorado do sujeito, que as teorias da “interpelação ideológica” produziram, uma época, nos trabalhos consagrados ao discurso”. (p. 110) É assim que, mais recentemente (cf. Authier-Revuz, 1995, v. 1, cap. II), a autora enfatiza a divergência entre o conceito de “efeito-sujeito”, contraparte do imaginário social, dado como o “todo” do sujeito (em outros termos, pura ilusão), e o efeito-sujeito vinculado à perspectiva lacaniana, que ela adota: nesse caso, questionar o sujeito consciente não significa “evacuar” a categoria do sujeito, mas recolocá-lo em seu lugar, tirando-lhe a pretensão do domínio de si mesmo e apontar-lhe a dimensão de ilusão que o habita – dando, contudo, consistência a essa ilusão, sem arrastar o sujeito para fora do campo do conhecimento “do **fato** e dos **mecanismos dessa ilusão**.”

Isto significa também, diz Authier, que encarar as formas da HM pode contribuir para manter a distinção entre o **eu pleno** (re-visitando Descartes) e o sujeito que “tropeça”, e para evitar denunciar o domínio, como ilusão do sujeito, para recolocá-lo no nível dos mecanismos produtores desta ilusão. Alguns analistas, entretanto, insistiram na interpelação e nos mecanismos produtores da ilusão subjetiva.

Numa perspectiva que gostaria de chamar complementar, vou anotar algumas linhas sobre um trabalho de FAIRCLOUGH (1991) intitulado *Language and ideology*. Como já referi, trata-se de uma linha de análise do discurso (que tem o atributo “crítica”) semelhante à AD francesa até certo ponto.

Fairclough retoma Althusser e Pêcheux, depois procura dizer em que lugar está a ideologia (ela é uma propriedade e da **estrutura** e dos **eventos**); discute o conceito de hegemonia em Gramsci (uma novidade) e passa, finalmente, aos “limites da ideologia”. Esta é a parte mais interessante para minha discussão.

Toda prática discursiva sofre um investimento ideológico, e tanto pode sustentar como subverter as relações de poder. Como essas relações podem ser afetadas pelas práticas discursivas, mesmo no discurso científico/teórico, fica vedada uma oposição categorial entre a ideologia, de um lado, e a ciência ou teoria, de outro.

Contudo, isto não implica que todo discurso seja irremediavelmente ideológico. A ideologia aparece em sociedades de classe caracterizadas por relações de dominação e, tanto quanto os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, também serão capazes de transcender a ideologia. Não aceito, portanto, a perspectiva da “ideologia em geral” como forma de cimento social inseparável da sociedade em si. (*op.cit.*, p. 129) (tradução minha)

Por isto, o autor não considera tão utópico combater a ideologia **agora**. Ademais, ele acredita que nem todos os tipos de discurso são investidos ideologicamente no mesmo grau. Vejamos este outro recorte:

A ideologia funciona, como Althusser nos lembra, pela dissimulação de sua natureza ideológica. Ela se torna naturalizada, automatizada — “senso comum”, nos termos de Gramsci. Os sujeitos estão ideologicamente posicionados como dependentes da determinação ideológica. Os sujeitos estão também contraditoriamente posicionados, e quando as posições contraditórias se superpõem fornecem base para o discernimento e a reflexão, assim como ajudam na problematização e na mudança. (*ibid.*, p. 129) (tradução minha)

A análise do discurso que Fairclough propõe, aliás, surge com esse atributo “crítica” exatamente por pretender-se criticamente orientada. Já no nível da teoria, portanto, declara-se o desejo de investir numa pragmática. E nisso se torna **outra** em relação à AD de linha francesa (ou, no mínimo, **diferente**). Contudo, Fairclough não tem a ingenuidade de pretender que essa análise crítica do discurso será automaticamente

imune à ideologia. Seria voltar à estaca zero... Sua pragmática está orientada para a certeza de que os movimentos de poder têm lugar dentro da matriz dos blocos hegemônicos (no sentido de Gramsci), e portanto trata-se de conduzir a resistência nesse nível.

Não posso ir adiante nesse terreno teórico, mas deixarei no ar a mesma pergunta de antes, apenas adequando-a à circunstância: **haverá aqui um projeto de aparato psicológico?**

Ainda com referência à problemática levantada por Fairclough (a onipotência da determinação ideológica), passo a um comentário de Lucien SÈVE encontrado na obra *Para uma crítica marxista da teoria psicanalítica*, de 1973 (cf. 1990), em resposta à chamada *declaração de 1949* de oito psiquiatras comunistas que publicaram, na revista *La nouvelle critique* (nº 7) um texto sob o título *La psychanalyse, idéologie réactionnaire*. Tratava-se da psicanálise de Freud, na qual denunciavam uma concepção idealista das relações indivíduo/sociedade (Freud ignora a dialética das relações sociais). Em certo trecho, os autores asseveravam que “não é possível dissociar a psicanálise da utilização política que dela se faz”.

SÈVE responde:

Mas quando é que a ligação íntima entre um núcleo científico e uma cobertura ideológica impediu o trabalho de sua *dissociação*? Se assim fosse, todo o trabalho de Marx sobre a dialética de Hegel teria sido uma pura perda.

A história do pensamento, a história das ciências é fértil em exemplos de descobertas fecundas efectuadas no próprio seio das mais mistificadoras, das mais retrógradas ideologias — mais: descobertas que *necessitaram* dessas ideologias como catalisador. (p. 202)

Uma psicologia para o discurso

Em muitos trabalhos da área da educação Vygotsky já foi adotado<sup>8</sup>. Aparece, também, ao lado de Bakhtin com o mesmo pano de fundo filosófico e teórico<sup>9</sup>.

Sabemos que Bakhtin já insistia, em *Marxismo e filosofia da linguagem*,

<sup>8</sup> Veja-se em *Cadernos de Estudos Lingüísticos* n. 30, da UNICAMP, dedicado à pragmática, relato da pesquisa de Magalhães: *Pesquisa em formação de educadores: a pragmática como negociação de sentidos*.

<sup>9</sup> Freitas, 1994: *Vygotsky e Bakhtin – psicologia e educação: um intertexto*, só para dar um exemplo.

em que “Uma das tarefas mais essenciais e urgentes do marxismo é constituir uma psicologia verdadeiramente objetiva” (capítulo 3 da primeira parte) — o que significava: uma psicologia com fundamentos sociológicos, na medida da seguinte tese: **a consciência constitui um fato sócio-ideológico**. O pivô da discussão é a relação entre psiquismo e ideologia, cujo denominador comum é a significação. Como tal, o **discurso interior** revela-se como “o material semiótico privilegiado do psiquismo”.

Bakhtin defende que psiquismo subjetivo individual e ideologia devem ser tratados em sua qualidade de complemento, e a questão que apresenta é se há possibilidade de traçar uma fronteira adequada entre esses “dois” territórios. Ele conclui que, do ponto de vista do conteúdo, não há fronteira *a priori* entre o psiquismo e a ideologia; todo fenômeno ideológico passa pelo psiquismo, valendo, contudo, esta restrição: o elemento ideológico não exteriorizado é um elemento confuso (ou seja: pouco consciente?); para diferenciar-se e afirmar-se, precisa ser exteriorizado; um pensamento apenas mentalizado é “obscuro e inacabado”. Isto leva à compreensão de que o conteúdo do psiquismo “individual” é tão social quanto a ideologia. Bakhtin insiste no seguinte:

Se o conteúdo do psiquismo individual é tão social quanto a ideologia, por outro lado as manifestações ideológicas são tão individuais (no sentido ideológico deste termo) quanto psíquicas. Todo produto da ideologia leva consigo o selo da individualidade do seu ou dos seus criadores, mas este próprio selo é tão social quanto todas as outras particularidades e signos distintivos das manifestações ideológicas.

Ele conclui dizendo que “existe entre o psiquismo e a ideologia uma interação dialética indissolúvel: *o psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa*”. Se o signo ideológico não se integrasse no espaço dos signos interiores, entretanto, impregnando-se de tonalidades subjetivas, não continuaria vivo: passaria, segundo a expressão de Bakhtin, a uma “reliquia de museu”.

Por que imaginar, então, que há um fosso intransponível entre psiquismo e ideologia? O resultado poderia ser semelhante àquele relatado por Bakhtin sobre Simmel, segundo o qual (Simmel) a emergência de um valor cultural objetivo custaria a morte da subjetividade. Uma tragédia. Se só a instituição operar, a posição sujeito vai encontrar cada vez menos representantes para serem manipulados por essa instituição. Ora, se na AD sempre se pretendeu trabalhar criticamente com a lingüística e os outros territórios assumidos para compor seu aparato epistemológico, o que se fez senão fazer valer uma opção (ou opções) que é, em última análise, um trabalho psíquico no nível da consciência?

Por falar em consciência, vejamos alguns aspectos das pesquisas de Lúria no âmbito do método clínico que ele adotou para explorar as teses de Vygotsky.

Descartes, que é um pivô de discórdias, abriu caminho para que filósofos e psicólogos idealistas afirmassem “que a autoconsciência é uma propriedade fundamental e irreduzível da vida mental, sem história própria.” (LURIA, 1990, p. 193). O *cogito ergo sum* foi uma fonte da psicologia idealista.

Não penso que Descartes tenha sido tão radical assim, e nem mesmo os lacanianos, que o exploraram suficientemente (veja-se, por exemplo, MILLER, 1992). Entretanto, é verdade que houve um projeto laciano que focalizou a busca de um sujeito descentrado do *cogito* cartesiano, de um sujeito cujo conceito se libertasse da filosofia, da ciência, da psicologia: o sujeito do inconsciente.

O pretense sujeito cartesiano aparece identificado com consciência, certeza da adequação da verdade ao sentido, significado prévio, *Logos* (daí a crítica de *logocentrismo*, muito evidente em Derrida). É exatamente a perspectiva saussuriana que atrai Lacan: nada de conotação ontológica. A AD se sente reconfortada com Lacan: nada de sentido prévio, o sentido se sustenta no jogo dos elementos dentro da própria estrutura, e não garante uma verdade (embora Lacan tenha procurado uma verdade, que acabou achando no pensamento grego marginalizado: o equívoco, *alíngua*).

Segundo MILLER (*ibid.*), é um erro pensar que a identidade **eu** fica fundada com o *cogito*. Essa identidade que aparece em certo lugar não pode ser estendida a toda a área psíquica. A função da dúvida hiperbólica seria retirar da esfera psíquica o que é *imaginário*. O *cogito* seria, então, o resto, o que não poderia ser eliminado. Desse modo é que aparece um sujeito **evanescente**, um ponto, um instante. Seria este, exatamente, assim dessubstancializado, o sujeito agente do discurso da ciência (daí que o **erro** nada tem de espetacular: não se pode dominar inteiramente o processo psíquico). Segundo Miller, esse sujeito da ciência é o mesmo que põe em ação um significante em sua relação com os outros significantes<sup>10</sup>.

Volto a Lúria. Ele considera, com Vygotsky, que a autoconsciência é um produto do desenvolvimento sócio-histórico; a realidade externa natural e social é que provoca, como mediadora, o surgimento da autoconsciência em suas formas complexas. Assim, Lúria fez pesquisas procurando as raízes sociais e as características da

---

<sup>10</sup> V. também comentário de Paul Henry (1977, II, Capítulo 1).

autoconsciência “nos estágios em que ela é moldada na sociedade” (LURIA, 1992, p. 194). Mas essa modelagem social através das práticas, comprovada por Luria, não deve levar a pensar que a AD está simplesmente fazendo economia de uma equivalência evidente, qual seja, que se a modelagem é determinada socialmente, a autoconsciência é um reflexo do social e nada tem de particularizante.

A hipótese de Luria é a seguinte: “...os processos de percepção das próprias qualidades, a auto-análise e a auto-avaliação, são moldados pelas condições de existência social; [...] os seres humanos primeiro fazem julgamentos sobre os outros, percebendo os julgamentos dos outros sobre si próprios, e então, sob influência desses julgamentos, são capazes de formular julgamentos sobre si próprios.” (p. 195). Seu objetivo era analisar a capacidade de fazer das próprias capacidades mentais um tema de análise e de estar consciente delas. Nessa experiência e em muitas outras, Luria demonstra que processos mentais associados a atividades cognitivas em diferentes etapas de desenvolvimento sócio-histórico se alteram substancialmente. As mais altas funções mentais — percepção, generalização, raciocínio, imaginação e auto-análise — variam com a diferenciação das condições da vida social. A psicologia assim desenvolvida torna-se “a ciência da formação sócio-histórica da atividade mental e das estruturas dos processos mentais que dependem absolutamente das formas básicas de prática social das etapas de desenvolvimento histórico da sociedade.” (p. 218)

É essa psicologia que Vygotsky teoriza. As pinceladas que vou deixar aqui foram selecionadas do depoimento de Luria (que começou a trabalhar com ele em 1924) apresentado em *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (1988). Em 1924 Vygotsky defendeu num congresso em Leningrado “a posição segundo a qual a consciência era um conceito que deveria permanecer no campo da psicologia, argumentando que ela deveria ser estudada por meios objetivos” (o que salientei acima do ponto de vista de Bakhtin). A síntese desejável para a psicologia, na ocasião, deveria resultar do conflito entre uma psicologia subjetivista e uma psicologia reducionista que tentava explicar a consciência através de esquemas reflexos obtidos através de técnicas experimentais. Isoladamente, estas duas grandes vertentes não podiam dar conta do que era essencial para Vygotsky: os processos psicológicos superiores, incluindo aí ações conscientemente controladas, atenção voluntária, memória ativa e pensamento abstrato. Começou então a grande revisão da psicologia.

As formas superiores de comportamento consciente foram vinculadas às relações sociais que o indivíduo mantém com o mundo. Mas é digno de nota que o homem não seja totalmente considerado produto de seu ambiente: ele é encarado como agente ativo no processo de criação desse ambiente. A metodologia vygotskyana é hoje cha-

mada, entre nós, de **histórico-cultural**, e o pivô de toda a teoria é a linguagem humana, cujo papel é essencial na organização e desenvolvimento dos processos de pensamento. Tais processos são, no início, intersíquicos, na medida em que só funcionam na interação da criança com o adulto; depois, vão se tornando executáveis na própria mente da criança: as respostas mediadoras ao mundo resultam num processo intrapsíquico.

Em *O cérebro humano e a atividade consciente* (VIGOTSKY *et alii*, 1988), Luria, a partir da análise e crítica das concepções de consciência vinculadas à teoria idealista clássica<sup>11</sup>, explora a tese de Vigotsky, “segundo a qual a consciência é semântica e localizada em sistemas funcionais estruturalmente definíveis, e, assim, passível de ser tratada por uma investigação verdadeiramente científica.” (p. 221) Permito-me aqui citar um trecho mais longo de Luria:

De acordo com este ponto de vista, a consciência humana, que é o resultado de atividade complexa, e cuja função se relaciona com a mais alta forma de orientação no mundo circundante e com a regulamentação do comportamento, formou-se ao longo da história social do homem durante a qual a atividade manipuladora e a linguagem se desenvolveram, e seu mecanismo exige a íntima participação destas. Ao refletir o mundo exterior, indiretamente, através da fala, a qual desempenha um papel profundo não apenas na codificação e decodificação das informações, como também na regulamentação de seu próprio comportamento, o homem é capaz de executar tanto a mais simples forma de reflexão da realidade como as mais altas formas de regulamentação de seu próprio comportamento. As impressões que chegam a ele, vindas do mundo exterior, são submetidas a uma complexa análise e recodificadas de acordo com categorias que ele aprendeu e adquiriu como resultado da completa experiência histórica da humanidade, e sua idéia acerca do mundo exterior torna-se abstrata e generalizada, mudando com cada estágio sucessivo do desenvolvimento psicológico. (*ibid.*, p. 221-222)

Toda essa discussão pode ser lida diretamente em três obras clássicas de Vygotsky à nossa disposição: *Teoria e método em psicologia*, *Pensamento e linguagem* e *A formação social da mente*.

Gostaria de salientar, com FREITAS (1994), que essa construção de um novo caminho para a Psicologia não se fez por oportunismo. O marxismo de Vygotsky não resultou “de uma evolução provocada pela implantação do socialismo na Rússia ou

---

<sup>11</sup> A experiência do “ego” inerente ao sujeito desde o princípio — desprovida de história e de estrutura — em contraste com a objetividade do mundo exterior.

pela necessidade de construir uma Psicologia adequada à nova ordem social.”, mas de um trabalho que ele desenvolvia desde Hegel, Marx e Engels na universidade. Ele conservou essa linha de pensamento “por toda a sua vida, empregando sempre as categorias intelectuais da dialética para abordar os problemas da Literatura e da Psicologia.” (p. 106).

Para fechar estas considerações, cito ainda uma observação de Freitas: “O sucesso desta sua empreitada [a reformulação da psicologia] deveu-se ao fato de não ter sido um psicólogo profissional. Na verdade, sua vinculação com as Artes, a Literatura, a Semiótica e a Educação lhe proporcionou condições de ter uma visão mais ampla das questões psicológicas, incorporando contribuições dessas outras áreas do conhecimento.” (p. 73).

## 6. Para (não) terminar

Reconheço, por um princípio que me é caro, que nada se fecha, nem em discurso, nem em língua — porque se a língua (só) é relativamente autônoma, como muitos de nós pretendemos na qualidade de analistas, a extensão disto ao arquivo não me parece absolutamente algo escandaloso. Já o disse numa passagem deste ensaio. O arquivo, afinal, por mais que componha um espaço onde rituais se desencadeiam e cujos efeitos podem ser detectados, não se configura senão porque a língua está em funcionamento nele, e assim representada é um cadinho onde fissuras sempre aparecerão.

O sujeito que se põe em língua (para não dizer “que se apropria de”), com efeito, sofre estrangimentos vários, mas os conflitos que vão produzir um resultado de escolhas (sempre há as escolhas mais marginais, inesperadas) poderiam ser desconsiderados numa metodologia que pretende centralizar exatamente os cruzamentos dos limites, as intersecções? Onde se passam esses conflitos? São de que natureza?

Em meio ao panorama ideológico que é unificador, coesivo (permitindo ao sujeito humano a sensação de estar pisando em terreno seguro, já que muitos pensam de modo semelhante), pode parecer estranho que se proponha uma concepção de psicologia que tenha um caráter tão declaradamente “intencional”. Mas não precisamos retornar à argumentação. Está claro que não se trata daquele princípio que alguns derivaram, bem ou mal, do *cogito* cartesiano, e que não tem a ver, diretamente, com a teoria dos esquemas reflexos ao estilo pavloviano<sup>12</sup>. É o materialismo que a

---

<sup>12</sup> Este é o que funciona, como experiência global, na proposta do *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley, e ainda aqui é a consciência que penetra nas brechas do condicionamento, trazendo o conflito.

AD preza, finalmente, que produz coerentemente essa psicologia.

A tentativa de fechamento da AD a estas questões — ou seja, aquelas sugeridas por Possenti com respeito à pragmática e ao trabalho lingüístico, bem como as que “penetram” o arquivo onde a re-negociação é a aposta fatal — não acabará desqualificando sua própria metodologia?

O sujeito não é a causa de si. Nem o arquivo.

### Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. “Hétérogénéité(s) énonciative(s)”. *Langages*, Paris, n. 73, p. 98-111, mars 1984.
- \_\_\_\_\_. *Ces mots qui ne vont pas de soi – boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. T. 1. Paris : Larousse, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail/Voloshinov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BERRENDONNER, A. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris, Editions de Minuit, 1981.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Vygotsky e Bakhtin — psicologia e educação: um intertexto*. São Paulo: Ática, 1994.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and ideology. Trabalhos em Lingüística Aplicada*, Campinas, n. 17, p. 113-131, jan./jun. 1991.
- HENRY, Paul. *Le mauvais outil*. Langue, sujet et discours. (avec une posface de Oswald Ducrot). Paris: Klincksieck, 1977.
- LURIA, A.R. *Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais*. 2. ed. Trad. Fernando Limongeli Gurgueira. São Paulo: Ícone, 1990.
- MAINGUENEAU, Dominique. *L'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1991.
- MILLER, Jacques-Alain. *Percurso de Lacan — uma introdução*. 3. ed. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Exterioridade e ideologia. Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 30, p. 27-33, jan./jun. 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994 p. 55-66. (Col. Repertórios).
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

- \_\_\_\_\_. *O sujeito fora do arquivo*. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Editora da UnB, 1996a. p. 37-47.
- \_\_\_\_\_. *Pragmática na Análise do Discurso*. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 30, p. 71-84, jan./jun. 1996b.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Apresentação*. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 30, jan./jun. 1996.
- SEVE, Lucien. *Psicanálise e materialismo histórico*. In: SEVE, Lucien, B.-CLÉMENT, Catherine, BRUNO, Pierre. *Para uma crítica marxista da teoria psicanalítica*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990 (or.fr. 1973).
- SOUZA, Lynn Mario T. Menezes. *De versões mutantes e lama no ventilador: a questão da história na literatura pós-colonial*. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 30, p. 43-55, jan./jun. 1996.
- VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. Trad. Jeferson Luiz Camargo; rev. téc. José Cipolla Neto. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Teoria e método em psicologia*. Trad. Claudia Berliner, rev. Elzira Arantes. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A formação social da mente*. 4. ed. Trad. José Cipolla Neto et alii. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VIGOTSKY, L.S., LURIA, A.R., LEONTIEV, A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 5. ed. . Trad. Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.